

CRÂNIOS, RESTOS ÓSSEOS E MEDIDAS: AS RELAÇÕES ENTRE ANTROPOLOGIA, MEDICINA E QUESTÃO RACIAL NO MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (1876-1930)

Adriana Keuller

Este artigo foi concebido pensando em reconstruir a vida material da antropologia física do Museu Nacional do Rio de Janeiro no fim do século XIX e início do século XX. A ideia de reconstruir se deu com o incêndio que dizimou todas as instalações e coleções do Museu Nacional em 2018, ano que completou 200 anos.

Os objetos materiais se apresentam com uma existência e um propósito. Sobre desse princípio devemos nos colocar a questão: os objetos também têm uma vida? É possível escrever sua biografia?

O *Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa* traz uma definição de vida que é: “Conjunto de acontecimentos na existência de alguém; biografia”. A vida de um objeto é associada aos acontecimentos mais relevantes e tem uma duração de [entre?] nascimento e morte. No mesmo dicionário consta, por extensão de sentido: “período entre nascer e morrer; existência; tempo de existência ou funcionamento de algo” (Houaiss, 2015). Pode ser associado aos objetos, estando, portanto, ligado ao domínio das ciências e das técnicas.

A ideia de dar vida aos objetos, de traçar sua história e escrever sua biografia, tem sido recorrente em vários domínios (Bonnot, 2015). Os arqueólogos, por exemplo, passaram a pensar os objetos como indivíduos, sujeitos a constantes mudanças. Para eles convinha o “*thinking biographically*” como definido por Gosden e Marshall (1999). A antropologia social e cultural também se voltou para o estudo da cultura material. E os historiadores da ciência manifestaram um interesse crescente para as aproximações biográficas de objetos científicos (Lorraine, 2000). E Bruno Latour e a teoria do ator-rede mostram que os objetos podem

provocar mudanças dentro da existência dos indivíduos na sociedade. Se eles não determinam a ação, eles a tornam possível. Dessa maneira, a vida social é constituída não somente entre humanos, mas entre humanos e não humanos (Latour, 2007).

Qual seria a vida material da antropologia física? O termo raça está associado aos estudos antropológicos. Pode-se pensar na construção da ideia de raça como artefato científico. A materialidade da “raça” está circunscrita em três grandes dimensões do pensamento. Temos os artefatos e sua pluralidade de objetos, tecnologias e instrumentos; os corpos humanos e os lugares. O caráter tridimensional desta antropologia e as relações entre cada dimensão, constituem terreno fértil para se compreender a produção da prática científica (Roque, 2015).

A antropologia desenvolvida no Museu Nacional do Rio de Janeiro na virada do século XIX/XX era compreendida como um ramo das ciências naturais e exercida pelos médicos-antropólogos, mas também por naturalistas e naturalistas-viajantes que desempenhavam várias funções dentro do museu e fora dele. Seguindo os fundamentos da Sociedade de Antropologia de Paris, dirigida por Paul Broca, a antropologia foi colocada junto a zoologia, anatomia e paleontologia em 1876. Esta atividade foi definida como a história natural do homem com uma ou mais espécies no mundo animal. Expressando a especialização da área, a antropologia ficou posteriormente conjugada com a etnografia e a arqueologia (Keuller, 2012b).

Pensando nas dimensões da prática científica, este artigo pretende explorar “Antropologia, crânios, coleções” na Europa e no Brasil no século XIX. No item “Crânios, corpos, história e documentação”, procuramos conhecer os principais objetos da coleção de antropologia e a prática científica do século XX a partir do trabalho *Antropologia: guia das coleções*, escrito por Edgard Roquette-Pinto em 1915. Em “Inspeção dos corpos humanos: o Laboratório de Antropologia e seu instrumental de medidas”, estudamos as relações entre cientistas e corpos humanos e a sistematização e normatização da prática. Por último analisamos o que foi a “Ciência das raças”, discutindo a ideia de raça e a questão racial no Brasil na virada do século XIX/XX.

Antropologia, crânios, coleções no século XIX

O século XIX viu se multiplicarem as coleções antropológicas, públicas e privadas nos principais países europeus e nos EUA. Para desenvolver este campo de investigação, o estudo e classificação das raças humanas, os cientistas precisaram formar grandes coleções. De fato, entre 1830 e 1840 alguns médicos criaram suas coleções para pesquisas antropológicas (Gould, 1993; Dias, 1989).

O médico e cientista norte-americano Samuel G. Morton iniciou sua coleção de crânios humanos em 1820 e ao morrer, em 1851, possuía mais de mil deles. A maior parte da coleção pertencia a indígenas de todas as tribos da América, constando de seiscentas espécies e ficou conhecida como *Crania Americana*, em livro publicado em 1839. Seu amigo e cônsul americano no Egito, George Gidon, enviou uma centena de crânios procedentes das tumbas do Antigo Egito. Morton então publicou um segundo tratado, denominado *Crania Aegyptiaca*, em 1844. Sua coleção foi integrada à Academia de Ciências Naturais da Filadélfia em 1875 (Gould, 1993).

Entre 1850 e 1860 as coleções antropológicas, em especial as craniológicas,¹ ganharam um impulso em cada nação, com detalhadas descrições anatômicas dos seus componentes étnicos. Além do citado S. Morton, outros estudiosos realizaram pesquisas na Suíça, Inglaterra e Alemanha, como Wilhelm His e Ludwig Rüttimeyer, Joseph Barnard Davis e John Thurman e, por último, Alexander Ecker, respectivamente.²

A Sociedade de Antropologia de Paris, criada em 1860 por P. Broca, desenvolveu métodos, produziu técnicas para a mensuração do crânio e construiu instrumentos craniométricos. Segundo Paul Topinard (1891), Broca transformou a craniometria em ciência matemática. Em 1886 P. Broca definiu o domínio antropológico como o “a história natural do homem” (citado em Faria, 2000, p. 270). Para além de estudar as ori-

1 É importante lembrar que, em razão das técnicas de remoção dos restos ósseos utilizadas no fim do século XIX, vários ossos se desintegravam ou sofriam danos. As dificuldades na mensuração de tais materiais levavam os médicos-antropólogos a utilizarem em suas pesquisas os crânios, pois apresentavam maior estabilidade, fixidez e dureza e eram mais fáceis de serem mensurados do que as outras partes como pelos e cabelos, por exemplo, que eram variáveis e inconstantes.

2 As coleções eram: *Crania Helvetica* (1864), *Crania Britannica* (1865) e *Crania Germaniae meridionalis occidentalis* (1865). Ver Dias (1989).

gens nacionais, buscava-se compreender as raças humanas como um todo, tanto as fossilizadas como as atuais, em estudos comparativos e classificatórios.

Com o propósito de regar o olhar e fornecer as informações desejadas, Broca e a Sociedade de Antropologia de Paris redigiram instruções para aqueles que trabalhariam com os crânios e restos ósseos, em especial os médicos-antropólogos e anatomistas. É o caso das *Instructions craniologiques et craniometriques* (1875). Para os naturalistas-viajantes, militares ou exploradores que entravam em contato com os corpos vivos, foi constituído um outro tipo de instrução, as chamadas *Instructions générales pour les recherches anthropologiques sur le vivant* (1879) (Topinard, 1882).³

De fato, apesar da constituição de coleções na Sociedade de Antropologia de Paris em 1860, no Laboratório de Antropologia em 1867 e na Escola de Antropologia em 1875, foi o Museu de História Natural que formou uma notável coleção no final do século XIX. Segundo René Verneau, o trabalho de classificação tipológica e serial das raças humanas desenvolvido por Armand de Quatrefages e seu assistente Ernest Hamy, apresentou um rápido crescimento. Até o início do século XX, o Museu de História Natural de Paris possuía uma coleção com 24 mil objetos antropológicos (Verneau, 1898).

Na Alemanha, Rudolf Virchow foi o responsável pelos estudos antropológicos e de pré-história na Sociedade Berlimense de Antropologia, de Etnologia e Pré-história (*Berliner Gesellschaft für Anthropologie, Ethnologie und Urgeschichte - BGAEU*). Ele procurou constituir uma coleção antropológica para o ensino de antropologia na Universidade de Berlim. Seu interesse na classificação das características somáticas dos seres humanos levou-o a promover, junto à BGAEU, uma série de expedições científicas para ampliar sua coleção e constituir sua rede de colaboradores. Virchow, tal como Broca, criou normas para a coleta antropométrica, redigiu um guia com instruções⁴ e procedimentos a serem

3 Patrick Petitjean (2005, p. 121) menciona que tais instruções acompanhavam a expansão colonial e foram publicadas para diversas regiões: Senegal (1860), Conchinchina (1860), Argélia (1864), México (1862), Brasil (1860), Canadá (1860), Sicília (1864) e Montanhas Rochosas nos EUA (1872).

4 Virchow, R. *Anleitung zu wissenschaftlichen Beobachtungen auf Reisen*, Berlin, 1875. Ver Te Heesen e Spary (2001).

seguidos na exploração antropológica (Te Heesen, Spary, 2001). Além de seu interesse nos sambaquis brasileiros (Faria, 2003), Virchow também pesquisou sobre objetos pré-históricos, como a exploração de depósitos arqueológicos paleolíticos, o que se inscrevia no quadro de pesquisas sobre a origem das espécies humanas inspiradas pelo darwinismo (Lewerentz, 2004).

No Brasil, foi o diretor do Museu Nacional, Ladislau Netto, quem promoveu os estudos antropológicos e investiu em expedições científicas para constituir coleções. Em estudos comparativos de crânios de primitivos, os médicos-antropólogos João Batista de Lacerda e José Rodrigues Peixoto pesquisaram a antiguidade dos indígenas brasileiros por meio da metodologia adotada pela antropologia europeia, em especial de Broca (Lopes, 1997; Keuller, 2012b).

O Museu Nacional do Rio de Janeiro procurou também orientar seus naturalistas-viajantes no trabalho de campo, assim como os colaboradores da instituição, na tarefa de coleta de materiais fósseis, ossos humanos e de animais. Noções básicas de descrição, de classificação de objetos e de cuidados no armazenamento e transporte também faziam parte da publicação. Em 1890, Ladislau Netto publicou as *Instruções sobre a preparação e remessa das coleções que lhe forem destinadas*, com o objetivo de incrementar a coleção da instituição. De forma geral, tal instrução informava o cuidado na escavação dos ossos que

deviam ser limpos e desembaraçados da terra, encerrados em uma caixa de madeira com as cautelas necessárias para que não se quebrem; marcando-se em cima ou em um dos lados da caixa um número ao qual devem corresponder, na informação descrita, todas as particularidades que lhe forem atinentes. Os crâneos serão transportados com mais segurança dentro de caixas contendo pó de serra, areia, farinha ou musgo.

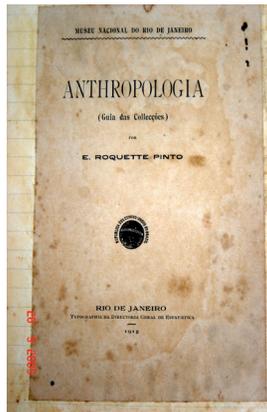
Quando acontecer que eles sejam tirados da jazida em pedaços, imprimir-se-á uma marca igual nesses pedaços para indicar que eles pertencem ao mesmo indivíduo. Será objeto de recomendação mui especial o evitar que se confundam em uma mesma caixa ossos pertencentes a indivíduos de tribos diferentes (Ladislau Netto citado em Keuller, 2012b, p. 91).

Crânios, corpos, história e documentação

A reabertura do Museu Nacional em 1914, após mais de três anos de reformas, permitiu sua notável transformação, com mostruários de ferro e de vidro francês, e ampliação do número de salas, galerias e laboratórios. O museu estava, segundo a *Gazeta de Notícias* (RJ), “ao lado dos melhores estabelecimento deste gênero da Europa” (12 out. 1914). Nesse período as seções organizaram um inventário das coleções com registro numérico abrangendo todo objeto exposto e de depósito. Seguindo esta diretriz, foi publicado em 1915 *Antropologia: guia das coleções* de autoria de Edgard Roquette-Pinto.⁵

Esse guia, entendido como um pequeno manual, nos permite conhecer as peças principais da coleção de antropologia do museu e a sua prática científica. Além das coleções de antropologia, o visitante continuava a visita pelas salas das coleções de etnografia, paleoetnografia, arqueologia e etnografia sertaneja, todas elas situadas no primeiro andar do museu. Segundo o autor, os objetos que formavam esta coleção ganhavam uma “verdadeira significação científica” (Roquette-Pinto, 1915, p. 4).

Figura 1 – Capa do livro de Edgard Roquette-Pinto.



Fonte: Arquivo Edgard Roquette-Pinto; Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro.

⁵ Edgard Roquette-Pinto atuou no Museu entre 1905 e 1947. Começou como assistente da Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia, depois se tornou professor-chefe da seção e foi nomeado diretor da instituição em 1926-1936 (Keuller, 2012b).

O *Guia* procurou selecionar os principais objetos, além de dispor de uma listagem na parte final do manual. As peças foram expostas em duas salas intituladas Sala Broca, “em homenagem ao Professor de Medicina de Paris Paul Broca, sistematizador dos métodos antropológicos”; e, “sala Rudolf Virchow, Professor de Medicina de Berlim e que se ocupou especialmente com as características morfológicas dos índios americanos” (Roquette-Pinto, 1915, p. 68) Além de crânios e esqueletos, foram colocados em exibição pelos, cabelos, embriões, coração, laringe e outros órgãos, como também dentes e maxilares, além de tabelas, escalas, diagramas, iconografias, medidas antropométricas, bustos antropológicos e tipos modelados sobre o vivo (Roquette-Pinto, 1915). As coleções antropológicas do Museu Nacional eram complementos indispensáveis ao ensino e pesquisa da disciplina. Elas forneciam aos estudos antropológicos o seu desenvolvimento teórico, além de demonstrar a prosperidade desta ciência no seu espaço institucional.

A publicação de Roquette-Pinto, *Guia das coleções*, também informava como se procediam o registro e a catalogação das coleções do museu. Ao listar as peças principais da Sala Broca e da Sala Virchow, Roquette-Pinto apresentava o registro de cada coleção, como sua numeração no catálogo geral, sua etiqueta e muitas vezes sua proveniência. Estas informações, junto com as “instruções” redigidas aos viajantes e colaboradores no final do século XIX, bem como os relatórios enviados ao governo, nos fornecem pistas para a reconstrução das histórias de cada objeto e de sua coleção. Desta forma, cada crânio ou osso possuía informações sobre sua proveniência bem como sobre seu doador, o que permite resgatar as informações de sua história e tratar tais objetos também como documentos (Roque, 2015).

Na sequência do texto, iremos refletir sobre as referências teóricas adotadas e as escolhas das peças dispostas para exibição. Na primeira parte, E. Roquette-Pinto, em sintonia com os novos estudos e as novas influências europeias e norte-americanas, apresentava em modelos os animais que mais se assemelhavam ao homem, os chamados antropoides e as noções de reino, família e gênero. O autor se atinha às características zoológicas do homem, comparando-as com os antropoides e com os próprios homens. Fazendo uso dessa comparação, o texto apresentou a “fórmula dentária”, a coluna vertebral, a cauda, o esterno, aspectos do esqueleto, entre outros. O interesse nas comparações entre homens e antropoides colocava em evidência tais estudos no Museu

Nacional. No texto, Roquette-Pinto afirmava que: “o exame cuidadoso das disposições anatômicas das partes formadoras do pé e da mão, do homem e desses macacos, veio provar que, de fato, os antropoides são como o próprio homem. Apenas o seu pé possui uma mobilidade e uma faculdade de preensão muito maior” (Roquette-Pinto, 1915, p. 8).

Seguindo os estudos da craniometria, o texto explicava sobre esqueleto da cabeça, aspectos da face, o crânio humano, a capacidade craniana do homem e do macaco, aspectos anatômicos, ângulos e circunferências em conformidade com a Sociedade de Antropologia de Paris. Posteriormente, descrevia diferentes medidas realizadas em segmentos do corpo humano, no vivo e em cadáver, como membros superiores e inferiores, tronco e altura, sistema muscular e diferentes aparelhos como digestivo, respiratório, circulatório, além do fígado e das vísceras. Depois, os aspectos exteriores (as chamadas “partes moles”) como a pele humana, os pelos, aspectos fisiológicos, nutrição e funções de reprodução.

E. Roquette-Pinto (1915, p. 20), afirmou que:

Em nenhuma espécie os fenômenos intelectuais e morais apresentam, porém, o desenvolvimento que é apanágio da espécie humana. O conhecimento que hoje temos dos tipos animais mais próximos não nos permite considerar a nossa como sendo a única espécie capaz de raciocinar.

É certo, porém, que pelo prodígio ascendente das suas faculdades intelectuais e morais o homem se afasta imensamente do resto da animalidade. A ascendência que têm esses fenômenos sobre o conjunto da nossa vida, justifica a exclusão do tipo humano da classificação zoológica.

Apesar de suas semelhanças com outros tipos, concluiu o autor que a espécie humana consistia em outra modalidade entre os corpos vivos da Terra.

O quadro epistemológico fundamentado no final do século XIX demonstrava que os cientistas procuravam conhecer os elementos da filogênese da espécie humana. Discutiam a noção dos tipos primitivos “puros” em sequência ao debate sobre a origem do homem, que opôs

monogenistas e poligenistas.⁶ Novas descobertas posteriormente mostraram a mistura das raças e a variabilidade dos tipos.⁷

E. Roquette-Pinto explicou as variedades da espécie humana a partir da classificação das raças: raça branca, raça amarela e raça negra. Fez um histórico dos trabalhos desenvolvidos no século XIX para explicar os critérios de classificação e os caracteres anatômicos dominantes de cada uma. Atento aos estudos da genética, o autor tinha grande preocupação com a noção de mestiçagem, cruzamento das raças, herança das raças, influência do meio na constituição das raças. Uma raça podia constituir povos diferentes, mas um mesmo povo podia ser formado por diversas raças. Continuava o autor afirmando que, em decorrência da difusão e da mestiçagem, criavam-se dificuldades para conceber as raças em relação às nacionalidades de tipos. Para ele, cada uma das três raças apresentava variantes que forneciam elementos para os diferentes tipos antropológicos (Roquette-Pinto, 1915).

A antropologia, para este cientista, era um ramo da história natural que estudava o homem e as raças humanas e que procurava determinar os caracteres biológicos de uma raça. Cabia à etnografia, segundo ele, descrever as nações, comparando suas línguas, seus costumes, sua arte e sua indústria. Sua argumentação era propor uma classificação das raças para o Brasil que adotasse critérios que permitissem um estudo de cada núcleo da população e que seria apresentado anos mais tarde, como os Tipos Antropológicos da População do Brasil (Roquette-Pinto, 1915; 1932).

As coleções imprimiam uma orientação e um ponto de vista didático para o visitante que se inteirava dos estudos sobre a origem do homem primitivo, em toda sua dimensão biológica e social. O itinerário da

6 O debate sobre a origem do homem produziu duas correntes diferentes, uma monogenista, que afirmava que todas as raças humanas derivam de uma mesma fonte, e outra poligenista, que admitira a existência de vários centros de criação, de modo que as raças haviam estado separadas durante um tempo suficientemente prolongado para desenvolver diferenças hereditárias significativas quanto ao talento e à inteligência (Gould, 1993; Schwarcz, 1993; Stocking, 1988; Sussman, 2014).

7 O terceiro capítulo do livro de Paul Topinard, da Sociedade de Antropologia de Paris, *L'Anthropologie* (1878 1 edição) se dedicava à origem do homem (monogenismo de Armand de Quatrefages, poligenismo de Agassiz, transformismo de Lamarck e seleção natural de Darwin; aplicação ao homem, sua genealogia, seu lugar na natureza). Ver Topinard (1895). Para o Brasil, ver discussão em: Gould (1993); Schwarcz (1993), Domingues e Sá (2003).

visita da Sala Virchow começava com a exposição dos crânios de indígenas do Brasil, em especial dos Botocudo. A seguir o visitante visualizava a fórmula dentária do homem, tabelas, quadros e nomenclaturas craniométricas, algumas delas desenvolvidas no Museu Nacional, depois os crânios da raça fóssil de Neanderthal, Brün, Cro-magnon, todos eles modelos fabricados em Bruxelas. Na coleção seguinte da mesma sala eram exibidos, em sua maioria, os crânios de sambaquis de diferentes regiões do Brasil. Em seguida, os maxilares de indígenas brasileiros e de negros, bem como pontos craniométricos, nomenclatura de vértebras humanas, escalas colorimétricas e crânios da raça branca, negra e amarela. Depois, se destacavam os crânios de diferentes grupos indígenas do Brasil, bem como crânios com deformações, o diagrama da constituição antropológica da população do Brasil, quadro com impressões dactiloscópicas e mensurações da *bertillonage*,⁸ e várias nomenclaturas de ossos humanos. Por último, encontravam-se três esqueletos de indígenas, assim como crânios de indígenas do Brasil, crânios de negro africano e de indígenas de diversas regiões. A exposição destacava os crânios provenientes de regiões do Chile, da Coreia, das Ilhas Marquesas, da Polinésia, do México, da América do Norte e das Antilhas, pois estas apresentavam raças menos caracterizadas, provavelmente derivadas da mestiçagem.

Os objetos exibidos nesta sala tratavam de mostrar as diferenças entre as raças, dando ênfase ao meio, às migrações e ao cruzamento racial, conforme os estudos desenvolvidos em diversas regiões do mundo e no Brasil. O autor discorreu sobre vários estudos que classificaram as raças e os tipos, como C. Linneu, G. Cuvier, T. Huxley, A. Quatrefagues, W.L.H. Duckworth, A. de D'Orbigny, Von Martius, P. Ehrenreich e L. Agassiz. O visitante podia conhecer também as expedições empreendidas pelo Museu Nacional. De botocudos a sambaquis, do Norte ao Sul do Brasil, os objetos incluíam outros grupos étnicos de diferentes regiões do país e tratavam de fazer comparações entre os restos humanos fósseis encontrados e os índios de então.

8 A identificação individual pela datiloscopia é baseada nos desenhos formados pelas linhas papilares das palpas digitais. As impressões digitais da mão direita indicam a série à qual pertence o indivíduo. As impressões da mão esquerda indicam a seção, da mesma série, em que o indivíduo deve ser catalogado. Ver Roquette-Pinto (1915).

Seguindo o desenvolvimento da pesquisa antropológica da época, os estudos craniométricos e antropométricos apresentavam uma natureza descritiva. Os documentos e registros realizados faziam uso da biometria para empreender uma classificação tipológica e serial dos grupos humanos. O *Guia de antropologia* apresentava também as fórmulas datiloscópicas que passavam a fazer parte dos estudos empreendidos pela instituição, como as coletadas entre indígenas por Roquette-Pinto em sua expedição à Serra do Norte (ver Roquette-Pinto, 2005). As impressões datiloscópicas e as mensurações da *bertillonage*, permitiam classificar o indivíduo em um certo grupo de forma a proceder a investigação dos tipos antropológicos do Brasil. O uso de imagens, por meio de tabelas e diagramas, com os quadros explicativos fornecia ao visitante noções mais completas da atividade científica.

Figura 2 – Estojo com instrumental de Bertillon (Setor de Antropologia Biológica/UFRJ).



Fonte: Sá et al. (2008).

Por último, as exposições ressaltavam as novas descobertas de restos fósseis de forma a conduzir à resposta sobre a origem do homem. Foi o caso dos fragmentos de maxilar encontrados por Peter Lund em Lagoa Santa, Minas Gerais, em 1842 e o modelo de crânio do Cro-Magnon descoberto por Louis Lartet na Dordogne, França, em 1868. O autor afirmava que: “os restos fósseis que se têm encontrado nas camadas da Terra provam que a espécie humana foi contemporânea de muitas outras

espécies humanas, hoje completamente extintas. [...] Das mais recentes (camadas quaternárias) foram retirados restos ósseos pertencentes indubitavelmente à espécie humana” (Roquette-Pinto, 1915, p. 44).

No Brasil o chamado “homem de Lagoa Santa”, bem como o “homem dos sambaquis”, apresentavam diferenças acentuadas com relação aos indígenas atuais. Segundo Roquette-Pinto, acreditava-se que uma raça antiga, a raça paleoamericana, dominara a América em tempos antigos.

O autor destacou no fim de seu texto os estudos de paleontologia humana e o debate do momento. Em 1882, Eugéne Dubois encontrou em camadas pliocênicas (Terciário superior) na ilha de Java alguns ósseos fósseis, atribuídos a um animal extinto, que seria o tipo de transição dos grandes macacos para o homem. Denominado *Pithecanthropus erectus*, o fóssil acalentou um controverso debate sobre a evolução do homem. As opiniões variavam entre ser este fóssil uma forma intermediária, como defendido por Léonce Manouvrier, Ernst Haeckel e E. Dubois, ou um tipo humano. Roquette-Pinto concordou com o argumento de Virchow, que acreditava se tratar de um grande macaco.

A inspeção dos corpos humanos: o Laboratório de Antropologia e seu instrumental de medidas

Em 1885, Paul Topinard afirmou a inexistência de raça pura, confirmando a mistura das raças e a variabilidade dos tipos. O autor mostrou a necessidade de recorrer à estatística para os estudos antropométricos. Os erros atribuídos às medidas tomadas em esqueletos e crânios eram ínfimos para o autor, enquanto em corpos vivos os erros eram consideráveis. Por isso a necessidade de se mensurar um grande número de indivíduos. A unificação de medidas antropométricas que completassem os estudos craniométricos passava a receber uma grande significação. Em especial os trabalhos desenvolvidos por uma série de colaboradores que recebiam instruções sobre os métodos e técnicas antropométricas para efetuar coletas em todas as partes do mundo, algumas vezes em localidades bastante isoladas. Aos naturalistas-viajantes e colaboradores das pesquisas antropológicas, Topinard, em nome da Sociedade de Antropologia de Paris, recomendava em 1886 o uso da chamada caixa antropométrica, elaborada em Paris pelo fabricante Colin. Ela continha

os seguintes instrumentos necessários para medidas entre os vivos: um compasso de espessura, um compasso de cursor, régua cefalométrica, régua, além da toesa antropométrica com suas régua.

As medidas mais necessárias para a pesquisa antropológica eram alguns índices de antropometria, de cefalometria e o índice nasal. Tais índices eram comparados com os de outros indivíduos e associados a elementos da proporção do corpo. Para este fim, Topinard propunha um tipo de ficha com as principais medidas.

Atento aos estudos antropométricos desenvolvidos na Europa, o Laboratório de Antropologia do Museu Nacional seguia os critérios adotados pela Sociedade de Antropologia de Paris e adquiria os instrumentos nas lojas recomendadas. O laboratório continha vários instrumentos de craniometria e antropometria, como também material fotográfico. Utilizavam também livros, manuais, revistas, boletins e relatórios que compunham o acervo da biblioteca do museu. Os registros da prática podiam ser anotados em tabelas com as medidas e os índices, por desenhos, com fotografias ou em fichas.

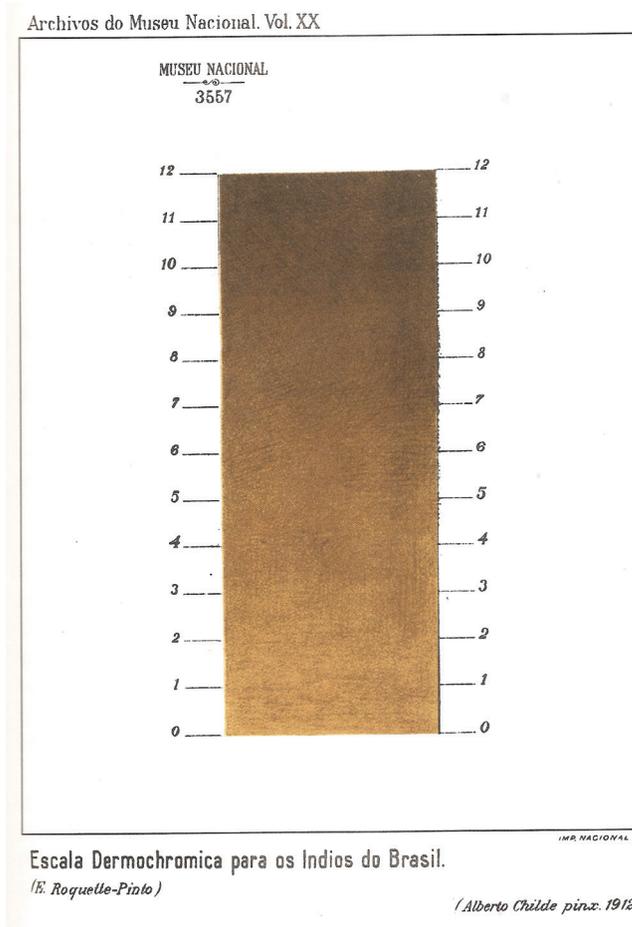
Figura 3 – Tabela antropométrica dos Nambikuára.

NAMBIKUÁRAS																				
ANTHROPOMETRIA — HOMENS																				
☞ (QUADRO A)	K — Kókóú-Nenen					A — Anunzé					T — Tagnanf				Uú — Uaindzé					
NUMERO DA FICHA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	MÉDIAS	
	K	K	K	K	K	K	K	K	A	A	A	A	A	T	T	T	T	Uú.		
Grupo	K	K	K	K	K	K	K	K	A	A	A	A	A	T	T	T	T	Uú.		
Altura total	1,66	1,68	1,65	1,70	1,62	1,59	1,58	1,69	1,62	1,60	1,57	1,61	1,60	1,58	1,62	1,62	1,62	1,62	1,62	1,62
Circunferência tho- racica	0,80	0,83	0,81	0,90	0,82	0,79	0,79	0,81	0,80	0,78	0,79	0,81	0,82	0,78	0,83	0,87	0,89	0,83	0,81	0,81
Cabeça (em milli- metros):																				
Occipito-frontal . .	0,189	0,181	0,181	0,185	0,175	0,170	0,180	0,171	0,183	0,174	0,170	0,151	0,182	0,175	0,172	0,175	0,171	0,178	0,184	0,184
Transverso	0,144	0,141	0,147	0,141	0,140	0,140	0,135	0,141	0,142	0,140	0,140	0,139	0,146	0,142	0,141	0,140	0,140	0,140	0,142	0,140
Frontal mínimo . .	0,100	0,096	0,100	0,100	0,095	0,091	0,091	0,101	0,095	0,111	0,095	0,108	0,097	0,096	0,100	0,100	0,101	0,101	0,105	0,099
Bi-zygomatico . . .	0,117	0,137	0,145	0,143	0,138	0,133	—	0,137	0,139	—	—	—	—	0,132	0,173	0,137	0,133	0,142	0,131	0,131
Nazo-mentonário . .	—	—	0,123	0,112	0,105	0,103	0,110	0,110	0,111	—	0,093	0,101	0,110	0,109	0,107	0,106	0,119	0,112	0,110	0,110
Nariz (em milli- metros):																				
Altura	0,051	0,047	0,047	0,050	0,045	0,047	0,044	0,046	0,053	0,047	0,043	0,043	0,050	0,046	0,046	0,046	0,051	0,052	0,047	0,047
Largura	0,046	0,041	0,041	0,046	0,030	0,040	0,040	0,041	0,041	0,038	0,033	0,040	0,039	0,044	0,040	0,041	0,041	0,041	0,041	0,040
Salência	0,016	0,020	0,018	0,019	0,016	0,011	0,015	0,020	0,016	0,018	0,016	0,014	0,016	0,020	0,017	0,019	0,019	0,020	0,017	0,017
Orelha (em milímetros):																				
Bi-palpebral externo.	0,057	0,101	0,102	0,100	0,095	0,091	0,097	0,093	0,085	0,095	0,090	0,093	0,097	0,093	0,093	0,096	0,093	0,101	0,095	0,095
Bi-palpebral interno.	0,037	0,040	0,035	0,030	0,032	0,031	0,031	0,033	0,036	0,033	0,029	0,033	0,030	0,033	0,031	0,031	0,031	0,031	0,031	0,033
Orelhas elevadas (em milímetros):																				
Complementa	0,002	0,000	0,003	0,003	0,002	0,001	0,000	0,000	0,003	0,001	0,005	0,005	0,005	0,006	0,001	0,003	0,002	0,001	0,001	0,000
Largura	0,033	0,036	0,030	0,037	0,023	0,033	0,033	0,035	0,031	0,030	0,035	0,031	0,031	0,031	0,033	0,033	0,033	0,033	0,033	0,033
Índice cephalico . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	76
Índice nasal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	85

Fonte: Roquette-Pinto (2005).

Roquette-Pinto, em seu *Guia*, colocou em exposição alguns instrumentos utilizados no Laboratório de Antropologia do Museu Nacional, como o diptógrafo, utilizado para a medida do ângulo facial, e a ficha dactiloscópica de um animal e de um humano, a tabela dermocrônica dos índios do Brasil feita por ele e por Alberto Childe, o quadro com as linhas de direção do crescimento dos pelos do corpo humano, as fases do crescimento do corpo humano por C.H. Stratz, as escalas colorimétricas de Eugen Fischer (cabelos), Felix von Luschan (pele humana) e R. Martin (íris).

Figura 4 – Escala dermocrônica para os índios do Brasil – E. Roquette-Pinto e A. Childe.



Fonte: Roquette-Pinto (2005).

Muitos dos instrumentos citados acima foram utilizados no Museu Nacional do Rio Janeiro no final do século passado. As investigações realizadas por João Batista de Lacerda e José Rodrigues Peixoto do Museu Nacional seguiam os critérios fundamentais da craniologia, da cranioscopia e da osteometria adotados pela Sociedade de Antropologia de Paris e traziam dados coletados por estes instrumentos. Lacerda e Rodrigues Peixoto realizaram estudos sobretudo com crânios, mas também coletaram dados em vivos. Em 1882, ocasião da Exposição Antropológica Brasileira, alguns representantes de etnias indígenas vieram ao Museu Nacional para fazer parte da mostra. Nessa ocasião, Lacerda fez um estudo da força muscular entre indígenas Cherente e Botocudo por meio do dinamômetro de Mathieu. E Rodrigues Peixoto coletou dados antropométricos entre indígenas Botocudos da tribo dos Nak-nanuk, trabalho publicado em 1885 (Faria, 1999; Keuller, 2012b).

As pesquisas antropológicas do início do século XX ganhavam uma orientação mais precisa e detalhada associada ao terreno da experimentação. Além das mensurações realizadas em crânios e esqueletos, os estudos se voltaram para os caracteres anatômicos, com ênfase em estudos fisiológicos, em consonância com as novas descobertas da biologia. Entre os trabalhos desenvolvidos no laboratório e exibidos,⁹ assinalamos as dissecações, as preparações de peças anatômicas em gesso, a criação de moldagens, a identificação individual de Bertillon, assim como fotografias e desenhos que compunham os registros da prática. Nesse conjunto encontrava-se a dissecação da índia Catina em colaboração com o médico Benjamin Baptista; os três bustos antropológicos em tamanho natural da raça branca, raça negra e raça amarela, escultura feita por Charles Lebacle no Laboratório de Antropologia; e 18 tipos modelados sobre o vivo produzidos pela Casa Tramond em Paris (Roquette-Pinto, 1915).

⁹ Sobre os estudos fisiológicos ver Keuller (2019).

Figura 5 – Ficha antropométrica do Museu Nacional, 1914.

Museu Nacional do Rio de Janeiro
SEÇÃO DE ANTHROPOLOGIA

Photo N.º _____ Ficha N.º _____

Tribu ou Nação *Kaciana*
Habitat *Ilha de Ilha*
Nome do Indivíduo *Manoel*
Lugar da observação *Ilha de Ilha*

Idade _____ Sexo _____ Condição social _____
Casado? _____ Quantos filhos? _____ Fala portuguez? _____
Lê _____ Escreve? _____

NOTAÇÃO ANTHROPOMETRICA: Altura total *1.565*
Grande abertura *1.68*; Circunferencia thoracica *82.5-97.5*
Peso _____; Angulo Facial (Mariani e Pratti) _____
Cabeça: Occipito-frontal *17.8*; Transverso *1.51*
Frontal minimo *9.6*; Bi-Zygomatico *14.0*; Bi-mastoides _____
Bi-gonion *10.0*; Nazo-mentoneiro *10.0*
Nazo-bucal *7.1*; Nazo-alveolar *5.2*
Nariz: Altura *1.50*; Largura *2.9*; Saliencia *1.7*
Olho: Bi-palpebral ext. *4.5*; Bi-palpebral int. *3.8*
Orelha direita: Comprimento *5.8*; Largura *3.3*
Cavado esq. *4.10*; Medio esq. *7.4* (Pelvimetria: B. E. _____)

B. C. _____; B. Tr. _____; S. P. Ext. _____; Notação descriptiva (Retrato falado): Fronte: Incinação (*+*) _____; Altura _____; Largura *9*; Nariz: Prof. da raíz *9*; Dorso *4.2*; Base *4.6*; Altura *9*; Saliencia *9*; Largura *9*; Orelha: Orig. da Helix *9*; Helix sup. *9*; Helix post. *9*; Lobulo: Contorno _____; Adherencia *9*; Tamanho *9*; Anti-Tragus: Incinação _____; Tamanho _____; Afastamento das orelhas _____; Forma geral *(-0-0)*; Epiderma _____; Pellos _____

Iris _____; Cabellos _____; Notação Psycho-physiologica _____

Observações *Prusto*
1º anno curso
2º anno curso
3º anno curso
4º anno curso
lobulo da orelha per. usado

IMPRESSÕES DIGITAES

Serie (Mão direita)	Serie (Mão esquerda)
POLEGARES	
INDICADORES	
MEDIOS	
ANULARES	
MINIMOS	

Data *27 Junho 1914*
Assig. do observador *R. Pinto*

Fonte: Arquivo Roquette-Pinto; Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro (Doc. 12-1-02).

O Laboratório de Antropologia do Museu Nacional, junto com as coleções, imprimia sua *expertise* na produção do conhecimento e servia como suporte para a pesquisa e o ensino desta ciência. J. B. de Lacerda ministrou no museu o primeiro curso de antropologia no século XIX e E. Roquette-Pinto realizou em 1916 o segundo curso no Museu Nacional para a Faculdade de Medicina. Como centro de referência e por possuir um número representativo de instrumentos, o Museu Nacional concedia empréstimos a outras instituições, assim como fornecia referências e normas de uso (Keuller, 2012b).

A “ciência das raças” e a questão racial

Raça é um termo que está associado às características que serviram como base para a construção de um esquema classificatório. O conceito foi elaborado por cientistas e imaginada pelo senso comum e está relacionada à diversidade da espécie humana (Seyferth, 1995).

O expansionismo colonial europeu no século XIX levou à produção de inúmeras taxonomias, que se restringiam a cinco troncos, situados geograficamente, e se relacionavam à variação da cor de pele. Entre estes, podemos citar a classificação de Carl Linneu, em 1758, que classificou o homem na ordem dos primatas e o distinguiu em variedades ou raças, como: o americano, o europeu, o asiático, o africano, *Homo ferus* (selvagem) e *Homo monstruosus* (anormal). Johann Blumenbach, em 1806, dividiu a espécie humana em cinco variedades ou raças: a caucásica, a mongólica, etiópica, americana e malaia. E Georges Cuvier, que distribuiu a humanidade em três subespécies (caucasiana, etiópica e mongólica) e depois as subdividiu por critérios mistos, físicos e culturais (Roquette-Pinto, 1915).

Os estudos de Cuvier levaram à criação de teorias deterministas, que buscaram explicações da natureza para as diferenças físicas e culturais. Foi ele também que criou o tipo biológico, considerando gênero, espécies, raças como unidades estáveis. Sua tipologia de raças, na qual o branco aparecia no topo e os negros na base da classificação, pressupunha que as diferenças mentais e culturais eram produzidas pelas diferenças físicas, (Seyferth, 1995).

Todas essas classificações eram pautadas em critérios fenotípicos, em especial, a cor da pele, mas também tipo de cabelo, cor de olhos, estatura e diversos índices e medidas do cérebro. Alguns desses critérios, com alto teor de arbítrio, levavam à confusão entre raça e fenótipo.

O uso de medidas para o corpo humano e para o cérebro visando a uma análise morfológica da humanidade, tal como empregado pela ciência antropológica, não pressupunha que todos seus adeptos compartilhassem das ideias de desigualdade racial vigentes nesse período. O desenvolvimento das técnicas de medição e do conhecimento anatômico mudaram no início do século XX e mudaram também, progressivamente, os critérios de classificação. As novas descobertas do campo biológico, como o avanço da genética, permitiram a introdução de outras

variáveis na tipologia usada até então, como os grupos sanguíneos ABO (Keuller, 2012a).

A antropologia, em especial no domínio da antropologia física, preocupava-se em estudar a diversidade da espécie humana como fato biológico e, portanto, utilizava a raça como instrumental da ciência. As doutrinas raciais desse período fizeram uso das classificações fenotípicas para impor seu discurso racista, em que o termo “diferença” passou a designar “desigualdade”.

Muitas doutrinas que afirmavam a desigualdade da espécie humana procuravam associar os determinantes biológicos aos fenômenos sociais e culturais.¹⁰ Raça e racismo são termos da “ciência das raças”, que no século XIX afirmava a desigualdade das raças humanas e a superioridade absoluta da raça branca. Racismo foi um termo utilizado nos anos 1930 (Banton, 1977; Seyferth, 1995), para identificar um tipo de doutrina que afirma que a raça determina a cultura, estando muito atrelado às ideologias nacionalistas dos mais diversos matizes.

Tais ideias chegaram ao Brasil no final do século XIX e foram aceitas pelos cientistas e incorporadas ao discurso político. A questão racial passou a fazer parte do discurso político de construir a nação. Para pensar o Brasil no rol das nações civilizadas como França e Inglaterra, a abolição e a imigração faziam parte da discussão do momento. Não bastava abolir a escravidão para impulsionar o desenvolvimento econômico, mas devia-se incentivar a imigração europeia. Nesse discurso, os negros e os mestiços representavam as raças inferiores que dificultavam a construção de uma nação moderna. A mestiçagem de um povo era entendida como a degeneração de uma nação (Schwarcz, 1993; Seyferth, 1985; Skidmore, 1989).

A tese que se delineou foi construir um Brasil moderno, branqueado por intermédio do amplo incentivo à imigração europeia. O branqueamento da raça se daria por meio da miscigenação seletiva e do incentivo à imigração europeia. Os mestiços progressivamente chegariam ao fenótipo branco por meio da seleção natural e social que eliminaria as raças inferiores.

10 Darwinismo social, antropossociologia (ligada à importância do índice cefálico), a eugenia (com a ideia da “higiene das raças”); e a antropologia criminal de Lombroso. Ver: Seyferth (1995); Gould (1993); Schwarcz (1993).

Entre vários autores que contribuíram com a ideia da superioridade da raça branca,¹¹ temos o trabalho de João B. de Lacerda¹² *Sur les mérités* apresentado no Congresso das Raças, em Londres, em 1911. A tese do branqueamento recebeu forte apoio ao defender uma política imigratória visando introduzir no Brasil apenas imigrantes brancos. Nesta perspectiva, em três gerações o negro podia chegar ao branco. Este ideário, de maneira peculiar, concebia que, no processo de fusão e de mistura, os imigrantes europeus serviriam para branquear a população mestiça, entendida como inferior em raça e cultura. Por outro lado, cabia aos negros, indígenas e mestiços a missão de transformá-los em brasileiros e latinos (Seyferth, 1995).

Lacerda descreveu as características físicas, morais e intelectuais do negro e do mestiço, misturando critérios fenotípicos e culturais. Enquanto ideologia, a ideia de herança do sangue prevalecia no senso comum. Os negros serviam apenas como trabalhadores braçais, e os mestiços eram instáveis e não constituíam uma verdadeira raça (Lacerda, 1911).

Esse autor demonstrou as qualidades e vícios de cada raça, de forma a pressupor que a característica de seu fenótipo determinava seu comportamento. As classificações e hierarquias das raças ganhavam um significado próprio em que os mestiços, apresentando uma falta de fixidade dos seus caracteres fixos, ora pendiam para o tipo branco, ora para o tipo negro, combinando qualidades e/ou defeitos em cada situação. No entanto, Lacerda ressaltou as qualidades intelectuais desse tipo no qual, segundo ele, um dos efeitos do cruzamento foi o de aperfeiçoar a inteligência (Lacerda, 1911).

Ao contrário de Lacerda, Roquette-Pinto empregou outra noção do termo raça. Para ele, raça era definida como variedade da espécie humana. Seu estudo sobre a caracterização antropológica da população do Brasil foi amplo e abrangeu várias cidades e regiões. Associando as

11 Ver os trabalhos de A. de Gobineau, que condenavam a mestiçagem e que defendiam que a mistura certa de arianos com povos inferiores seria fundamental para desencadear processos civilizatórios, defendendo, portanto, a criação de raças puras, apesar da diversidade.

12 João Batista de Lacerda atuou entre 1875 e 1915 como subdiretor da Seção de Antropologia, Zoologia e Anatomia humana e chegou a ser diretor da instituição (1895-1915). Foi a Londres em 1911 para o Congresso das Raças, representando o governo do Brasil (Keuller, 2012b).

técnicas da antropologia física nos estudos biométricos, Roquette-Pinto desenvolveu um estudo sistemático da população brasileira com dados objetivos sobre suas condições de vida e suas características biológicas, chegando mesmo a criar uma nomenclatura própria de classificação (Roquette-Pinto, 1915; Souza, 2012).

Roquette-Pinto combateu a ideia de que o problema do Brasil era uma questão de raça. Refutou as medidas restritivas à imigração japonesa, argumentando o valor da etnia nipônica e se posicionando contrário às desigualdades raciais. Influenciado pela genética mendeliana, a influência do meio, as migrações, os cruzamentos e a inexistência de uma raça pura, argumentava que “o cruzamento antes de ser um caldeamento ou fusão seguiu as leis biológicas já conhecidas”. “A mestiçagem”, continuava o autor, “é antes combinação...”. Contrário às hierarquias sociais, Roquette-Pinto afirmava que o mestiço não criava nenhuma condição de inferioridade e que em condições de saúde e boa educação, podia-se pensar nos rumos do Brasil com otimismo (Roquette-Pinto, 1927, 1932).

Considerações finais

De fato, as relações entre antropologia, medicina e a questão racial no final do século XIX e início do XX revelam um universo de uma prática científica que caiu no esquecimento e cujas coleções repletas de ossos humanos evocam um passado, para muitos, de doutrinas racistas e todos os seus legados. Tais objetos e instrumentos reconstruídos aqui faziam parte do acervo do Museu Nacional que foi destruído e compunham diferentes coleções adquiridas ao longo tempo. As mudanças nas técnicas e nos interesses de pesquisa dos antropólogos “físicos” do Museu Nacional separaram as próprias coleções. Esses objetos e instrumentos constituíram novas identidades: deixando de ser objetos do cotidiano e passando a ser objetos (con)sagrados, fora da visão cotidiana e guardados em armários (Pomian, 1984). As coleções osteológicas, por outro lado, continuaram a crescer com as pesquisas arqueológicas, ganhando novas abordagens.¹³

13 As análises anatomopatológicas desenvolvidas pela antropologia biológica e pela bioantropologia se relacionam à crescente influência da genética e do neodarwinismo nos estudos sobre origem e variabilidade biológica da espécie humana (Santos, 1996).

É na intervenção do trabalho historiográfico de escrever sobre esta relação e sua prática, de contar, de revelar e de lembrar que devemos nos ater. Ao conhecermos seus métodos, seus temas, os objetos e os instrumentos que compunham sua coleção e compreendermos as suas mudanças ao longo desse período percebemos que nem todos os crânios e os restos ósseos serviam de suporte para os mesmos estudos, assim como a ideia de raça podia ser empregada de diferentes maneiras.

Assim, a antropologia desse período era baseada em estudos biológicos, em especial da biologia humana. Tinha como objetivo estudar e classificar as raças humanas e, por isso, tinha forte influência dos conhecimentos médico-anatômicos. Era uma ciência de observação, de experimentação, de descrição e de medição de seu material, fosse ele: crânios, restos ósseos, corpos *in vivo* e órgãos humanos, entre outros. Era praticada em sua maioria por médicos-antropólogos que atuavam em sociedades de antropologia e em museus e faziam os estudos em laboratórios e em campo.

Associada à ciência da raça, ela estava diretamente ligada ao debate científico e político sobre a origem da espécie humana. A influência da publicação do livro de Darwin e os avanços da biologia trouxeram para o debate a noção da herança, do meio e da aclimatação. Raça era entendida como um grupo humano que possuísse características comuns transmitidas pela herança.

A preocupação de se construírem critérios preciosos de classificação para produzir taxonomias levou ao aprimoramento de instrumentais técnicos de medição, sistematizando e normatizando a pesquisa científica. Seguindo as perspectivas teóricas e metodológicas provenientes da Europa, com ênfase em estudos craniológicos e antropométricos, os cientistas do Museu Nacional, como João Batista de Lacerda no século XIX e Edgard Roquette-Pinto no século XX desenvolveram suas pesquisas e ministraram cursos.

Em uma sobreposição da ideologia à ciência, muitas doutrinas afirmaram a desigualdade da espécie humana empregando determinantes biológicos para fenômenos sociais e culturais. Essas doutrinas tinham como dogma uma hierarquia das raças, pressupondo os brancos no topo e os negros e indígenas na base.

Os debates político-sociais do Brasil no fim do século XIX se alimentaram desse discurso. A questão da política de substituição da mão de obra, a entrada de imigrantes, a abolição da escravidão e a mudan-

ça de regime político apontaram as contradições para alcançar os caminhos das nações civilizadas. A mestiçagem e a questão racial eram assuntos importantes, pois a hibridação das espécies ou a mistura das raças era um fenômeno a ser evitado para não causar degeneração à sociedade e à nação.

A ideia da desigualdade das raças estava presente na teoria do branqueamento de João Batista de Lacerda. Seus trabalhos eram fundamentados em análises morfológicas que entendiam as “raças primitivas” como física, moral e intelectualmente inferiores e fadadas ao desaparecimento.

Roquette-Pinto, por outro lado, era contrário à hierarquia das raças. Influenciado pelas ideias de Franz Boas,¹⁴ Roquette-Pinto defendia que nenhum dos tipos da população brasileira causava degeneração. A miscigenação racial contribuiu para a adaptação das raças ao meio, bem como os cruzamentos entre os grupos apresentavam tipos normais. Para vencer os problemas do Brasil, faltava organização política e social no país. De forma otimista, seu projeto enfatizava as virtudes da educação e a legitimidade da ciência. Com métodos rigorosos e modernos, Roquette-Pinto era uma autoridade reconhecida no meio científico que, separando a noção de raça dos problemas sociais, defendia melhores condições sanitárias e de educação para a população brasileira.

Referências

- BANTON, Michel. *The idea of race*. London: Tavistock, 1977.
- BOAS, Franz. S. *Race, language and culture*. New York: The Free Press, 1966.
- BONNOT, Thierry. La biographie d’objets: une proposition de synthèse. *Culture & Musées*, n. 25, p. 165-183, 2015.
- CUNHA, Olívia M.G. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.
- DIAS, Nélia. Séries de crânes et armée de squelettes: les collections anthropologiques em France dans la seconde moitié du XIX siècle. *Bulletins et Mémoires de la Société d’Anthropologie de Paris*. t. 1, n. 3-4, p. 203-230, 1989.
- DOMINGUES, Heloisa; SÁ, Magali Romero (org.) *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

14 Ver Boas (1966); Pourchet (1945).

- FARIA, Luis de Castro. **Escritos exumados**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- FARIA, Luis de Castro. Virchow e os sambaquis brasileiros: um evolucionismo antidarwinista. *In*: DOMINGUES, Heloisa; SÁ, Magali Romero (org.) **A recepção do darwinismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. p. 125-143.
- FARIA, Luis de Castro. **Antropologia – duas ciências: notas para uma história da antropologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Mast, 2006.
- GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, ed. 284, p. 2, 12 out. 1914.
- GOSDEN, Chris; MARSHALL, Yvonne. The cultural biography of objects. **World Archeology**, v. 3, n. 2, p. 169-178, 1999.
- GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- HOUAISS, Antônio. **Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Moderna, 2015.
- KEULLER, Adriana T.A.M. Entre antropologia e medicina: uma análise dos estudos antropológicos de Álvaro Fróes da Fonseca nas décadas de 1920-1930. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 3, p. 687-704, 2012a.
- KEULLER, Adriana T.A.M. **Os estudos físicos de antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: cientistas, objetos, ideias e instrumentos (1876-1939)** São Paulo: Edusp, 2012b. (on-line)
- KEULLER, Adriana T.A.M. Physiology studies and scientific exchange in the Anthropology Laboratory of National Museum of Rio de Janeiro (1910s-1920s). **History and Philosophy of the Life Sciences**, v. 41, n. 2, p. 1-23, 2019.
- LACERDA, João Batista de. **Sur les métis au Brésil**. Paris: Imprimerie Devouge, 1911.
- LATOUR, Bruno. **Changer de société, refaire de la sociologie**. Paris: La Découverte, 2007.
- LEWERENTZ, Annette. Les premières années de la Société berlinoise d'anthropologie, d'ethnologie et de préhistoire et son intégration dans le paysage scientifique berlinois. *In*: TRAUTMANN-WALLER, Céline. **Quand Berlin pensait les peuples: anthropologie, ethnologie et psychologie (1850-1890)**. Paris: CNRS Éditions, 2004. p. 41-57.
- LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- LORRAINE, Daston. **Biographies of scientific objects**. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.
- NETTO, Ladislau. **Instruções sobre a preparação e remessa das coleções que lhe forem destinadas**. Portaria do Museu Nacional, 19 jul. 1890.
- PETITJEAN, Patrick. Science and the “civilizing mission”: France and the colo-

- nial enterprise. In: STUCHTEY, Benedikt (ed.). **Science across the European Empires, 1800-1950**. Oxford University Press, 2005. p. 107-128.
- POMIAN, Krysztof. Coleções. **Enciclopédia Einaudi**, v. 1 (Memória/História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.
- POURCHET, Maria Julia. Boas e a antropologia física. **Acta Americana**, v. 3, p. 255-264, 1945.
- REYNAUD-PALIGOT, Carole. Anthropologie raciale et savoirs biologiques: l'émergence d'une science dans un contexte d'essor des sciences naturelles. **Arts et Savoirs** (on-line), 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aes.2836>. Acesso em: 5 mar. 2024.
- ROQUE, Ricardo. A little history attached to them: authenticité et crédibilité du témoignage matériel dans les collections anthropologiques, 1850-1900. **Anthropologie et matérialités de la race. Revue d'Histoire des Sciences Humaines**, Paris, v. 27, p. 143-167, 2015.
- ROQUE, Ricardo. Enslaved remains, scientific racism and the work of counter-history (Part one and Part two). **History of Anthropology Review** (on-line), n. 45, 2021.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Antropologia: guia das coleções**. Rio de Janeiro: Typographia da Directoria Geral de Estatística, 1915.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Seixos rolados**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1927.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Ensaio de antropologia brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.
- ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Rondônia**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- SÁ, Guilherme et al. Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 15, n. 1, p.197-208, 2008.
- SANTOS, Ricardo V. **Da morfologia às moléculas, de raça à população: trajetórias conceituais em antropologia física no século XX**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1996.
- SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. A antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda. **Revista do Museu Paulista**, v. XXX, p. 81-98, 1985.
- SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário Antropológico/93**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995. p. 175-203.
- SEYFERTH, Giralda. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil.

- In*: LIMA, Nísia; SÁ, Dominichi. **Antropologia brasileira: ciência e educação** na obra de Edgard Roquette-Pinto. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. p. 147-177.
- SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SOUZA, Vanderlei S. Retratos da nação: os “tipos antropológicos” do Brasil nos estudos de Edgard Roquette-Pinto, 1910-1920. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 3, p. 645-669, 2012.
- STEPAN, Nancy. **A hora da eugenia no Brasil: raça, gênero e nação** na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- STOCKING, George W. (org.). **Bones, bodies, behavior: essays on biological anthropology**. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.
- SUSSMAN, Robert W. **The myth of race: The trouble persistence of an unscientific idea**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.
- TE HEESSEN, Anke; SPARY, Emma C. (ed.). **Sammeln als Wissen: Das Sammeln und seine wissenschaftsgeschichtliche Bedeutung**. Göttingen: Wallstein, 2001.
- TOPINARD, Paul. **Instructions anthropométriques pour les voyageurs**. Paris: G. Masson, 1882.
- TOPINARD, Paul. **L’Homme dans la nature**. Paris: Félix Alcan, 1891.
- TOPINARD, Paul. **L’Anthropologie**. Paris: C. Reinwald, 1895.
- VERNEAU, René. La nouvelle galerie du Muséum: La galerie d’anthropologie. **L’Anthropologie**, t. IX, p. 327-336, 1898.
- VOLPER, Julien. La mort et son numéro d’inventaire: Quelques réflexions autour des crânes humaines en collections muséales. *In*: BEUFILS, Thomas; PENG, Chang Ming (dir.). **Histoire d’objets extra-européens: collecte, appropriation, médiation**. Villeneuve d’Ascq: Publications de l’Institut de recherches historiques du Septentrion, 2021. (Accès ouvert)

Como citar o capítulo:

KEULLER, Adriana. Crânios, restos ósseos e medidas: as relações entre antropologia, medicina e questão racial no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1930). *In*: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; ALMEIDA, Marta de (Org.). **Ciências e tecnologias num Brasil (in)dependente**. Brasília, DF: Editora IBICT, 2025. Cap. 8, p. 217-241. DOI: 10.22477/9788570131737.cap8